



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/COMISS60

PREGÃO N.º 18/2020

Processo (SEI) N.º 050299-29.2019.6.05.8000

CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO - PROGRAMA DE ESTÁGIO DO TRE-BA

RELATÓRIO FINAL

1. Instada a realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico – visando à contratação de empresa especializada que atue como agente de integração, a fim de operacionalizar o Programa de Estágio do TRE-BA e a execução de processo seletivo aberto ao público, com recrutamento e seleção de estagiários de nível superior e de nível médio, regular ou profissionalizante –, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União (doc. 0387332), no site *Comprasnet* (doc. 0387309) e disponibilizou o Edital no Portal da Transparência do TRE-BA (<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/licitacoes/editais-1/editais-das-licitacoes-2020>) .
2. Foram apresentados, tempestivamente, dois pedidos de impugnação ao Edital relativos à destinação de exclusividade à ME/EPP, conforme documentos juntados nos autos (docs. 0390363 e 0390749, com manifestação da pregoeira (doc. 0390760), decisão da Administração (doc. 0392910), notificação das licitantes e divulgação no sistema *Comprasnet* (docs. 0395485).
3. Em razão de antecipação de feriados decretados pelo governo do Estado da Bahia, foi publicado evento de adiamento do certame, restituindo o prazo para completar o interstício legal de 8 dias úteis entre a publicação do certame e a sua abertura, com aviso e republicação no *Comprasnet* (docs. 0395510 e 0395516), veiculação na Imprensa Nacional (doc. 0395523) e disponibilização do Edital no Portal da Transparência do TRE-BA.
4. Aos 10 (dez) dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às 13h30 (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020 (doc. n.º 0387302), deu

início aos trabalhos com a análise preliminar das duas únicas propostas apresentadas pelas empresas **CONNECT ESTÁGIOS LTDA.** e **ARGO BAHIA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI.**

5. As licitantes foram alertadas sobre as consequências da desistência imotivada da proposta e da omissão do envio dos documentos de habilitação. Após, houve abertura da fase de lances, na forma da ata acostada aos autos (doc. 0694942) [1], com sucessivos estímulos para que as licitantes baixassem seus lances.
6. Encerrada a supramencionada etapa, passou-se à fase de aceitação das propostas, na qual houve tentativa de negociação com a licitante classificada em 1.º lugar. Após análise, a licitante informou da impossibilidade de reduzir o preço. Tendo em vista que o valor estava consideravelmente abaixo do valor estimado, a Pregoeira não insistiu.
7. Na fase de habilitação, esta Pregoeira procedeu aos seguintes passos para análise da regularidade da empresa: consultou os documentos apresentados junto com a proposta eletrônica (doc. 0694945), acessou o SICAF, pesquisou o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (em nome da licitante e também do único sócio). Sobreleve-se que foi conferida a autenticidade das certidões apresentadas e observadas as declarações firmadas pelas licitantes no site *Comprasnet*, juntando-se nos autos o respectivo extrato (doc. 0694951).
8. Da análise dos documentos de habilitação (doc. 0694972), constata-se a regularidade da empresa e do seu sócio, bem como ausência de impedimentos. No SICAF, no nível cadastramento, foram apontadas pendências que não impedem a habilitação da empresa, quais sejam: não constou a linha de fornecimento da licitante e não houve sincronização com o site da Receita Federal (fls. 6 a 8 do doc. 0694972).
9. Quanto à linha de fornecimento constam, no Nível I do SICAF, o CNAE principal e secundário da empresa (fl. 4 dos docs. 0694972), sendo, assim, desnecessário arrolar linha de fornecimento. De igual modo, no contrato social (fl. 11 dos docs. 0694972), observa-se a total pertinência do objeto social da empresa com o objeto licitado (Agente de integração de estágios e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial — CNAE 85.99-6/04; e Atividade de apoio à educação, exceto caixas escolares — CNAE 85.50-3/02). No que tange à ausência de sincronização com o site da Receita Federal, esse problema tem sido recorrente no sistema, o que não impede a análise da regularidade verificada nos documentos juntados pela empresa com sua proposta, dentre eles o contrato social e o comprovante de inscrição e situação cadastral da empresa na Receita Federal (fl. 18 dos docs. 0694972).
10. No atestado de qualificação técnica (fl. 24 do doc. 0694972), constatamos a compatibilidade em características e quantitativos exigidos no Edital. Ressalta-se que foi exigido no Edital, salvo melhor entendimento, a comprovação de que já prestou serviço de agente de integração. Verifica-se que o atestado é de 2018, quando ainda estava sendo executado o serviço. Contudo, entendemos que está apto a comprovação, tratando-se de empresa especializada na área e que já gerenciou quantidade superior à exigida na qualificação técnica, conforme comprovou o documento. Seria excesso de formalismo rejeitar o atestado ou mesmo fazer diligências que não trariam nenhuma garantia adicional à Administração Pública. Ademais, a única empresa subsequente não anexou documento

de habilitação, sobretudo o atestado de qualificação técnica, que não consta no SICAF, juntando somente a proposta (doc. 0694945).

11. Com efeito, sagrou-se vencedora a empresa **CONNECT ESTÁGIOS LTDA.**, de acordo com o relatório Resultado por Fornecedor (doc. 0694974).
12. Encerrado o prazo final para registro da intenção de recurso, não houve manifestação, procedendo-se à adjudicação do objeto licitado à vencedora, consoante termo constante nos autos (doc. 0694975).

É o Relatório que submete à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 15 de junho de 2020

Milena Austregésilo Herêda
Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Membro da Comissão**, em 15/06/2020, às 12:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0695409** e o código CRC **EEC708B6**.